

Argumentação retórica e argumentação linguística

Rhetoric argumentation and linguistic argumentation

Oswald Ducrot

École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)



RESUMO: O texto parte da afirmação de que a argumentação linguística não tem relação direta com a argumentação retórica. A reflexão fundamenta-se na Teoria da Argumentação na Língua tal como Oswald Ducrot e Marion Carel a desenvolvem atualmente.

Palavras-chave: argumentação retórica; argumentação linguística; Teoria da Argumentação na Língua.

ABSTRACT: The text is based on the affirmation that linguistic argumentation holds no direct relation to rhetoric argumentation. The reflection has its fundament on the theory of argumentation within language currently being developed by Oswald Ducrot and Marion Carel.

Key words: rhetoric argumentation; linguistic argumentation; theory of argumentation within language.

A Teoria da Argumentação na Língua (ANL), tal como Jean-Claude Anscombre e eu a propusemos, e como Marion Carel a desenvolve atualmente, com a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), toma a palavra *argumentação* num sentido não habitual que leva a muitos mal-entendidos. É esse sentido que dou aqui à expressão *argumentação linguística*, que abreviarei algumas vezes como *argumentação*. Os mal-entendidos são devidos ao fato de que se tem a tendência de ler nossas pesquisas dando à palavra *argumentação* um sentido totalmente outro, ao qual eu reservarei aqui a expressão *argumentação retórica*. Minha primeira tarefa será, portanto, a de distinguir essas duas noções. Espero, entretanto, que minha exposição não tenha como único interesse o de facilitar a leitura de certos textos, mas tenha também um interesse de fundo. Efetivamente, eu não só distinguirei os fenômenos que entram nessas acepções da palavra *argumentação* (o que é apenas um trabalho de terminologia), mas também as oporei, mostrando que a argumentação linguística não tem nenhuma relação direta com a argumentação retórica. Ora, isso me parece constituir uma tese que diz algo sobre cada uma dessas *argumentações*. Primeiramente me é necessário precisar o sentido que dou às duas expressões que constituem o título de minha exposição.

Entenderei por *argumentação retórica* a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa. Essa atividade é de fato um dos objetos de estudo tradicionais

da retórica. Duas palavras de comentário sobre essa definição. Ela exclui voluntariamente a atividade que visa levar alguém a fazer alguma coisa. Mais exatamente, ela só considera o levar alguém a fazer se este é apoiado sobre um fazer crer, o que é uma grande limitação, porque há muito evidentemente outros meios de levar alguém a fazer alguma coisa que não seja a estratégia um pouco ingênua que consiste em fazê-lo crer que é bom para ele fazer essa coisa. Uma segunda limitação de minha definição é que eu considero unicamente como atividade verbal, a do escritor ou do orador que utilizam a palavra para fazer crer. Essa limitação é, também ela, muito importante porque há outros meios de fazer crer que não o de falar: pode ser suficiente pôr o destinatário numa situação em que ele tem interesse em crer o que se quer fazê-lo crer. Mas disso também, eu não me ocupei, e considerarei unicamente a persuasão pela palavra, pelo discurso.

O segundo termo a definir é a expressão *argumentação linguística*, que abreviarei às vezes como *argumentação*. Nesta exposição,¹ chamarei assim os segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A e C, ligadas implícita ou explicitamente por um conector

¹ Na maior parte de nossos artigos, Marion Carel e eu chamamos *argumentações* não somente os encadeamentos em *portanto* (*donc*) que chamamos *normativos*, mas também os em *pourtant* (no entanto), *cependant* (entretanto) *malgré cela* (apesar disso), que chamamos *transgressivos*. No presente artigo, não terei necessidade de considerar os segundos, já que se trata de uma comparação com a argumentação retórica.

do tipo *donc (portanto), alors (então), par conséquent (consequentemente)* ...² Chamarei A o argumento, e C a conclusão. Essa definição pode ser estendida aos encadeamentos que ligam, não duas proposições sintáticas, mas duas sequências de proposições, por exemplo, dois parágrafos de um artigo. Os gramáticos e os linguistas interpretam geralmente esses encadeamentos *A donc (portanto) C* dizendo que A é apresentado como justificando C, como tornando C verdadeiro, válido, ou ao menos mais aceitável do que era antes de seu encadeamento a A. Uma grande parte de minha exposição será dedicada a contestar essa interpretação de *A portanto C*, até mesmo quando ela é atenuada pela formulação *A é apresentado como justificando C*, ou ainda *a língua faz como se A justificasse C*. A crítica que vou propor não impede, entretanto, que essa interpretação de *A portanto C* faça parte, por assim dizer, dos conhecimentos metalinguísticos dos sujeitos falantes, até mesmo não linguistas, e que ela constitua um nível incontestável da compreensão dos encadeamentos em *portanto*.

Na medida em que a argumentação que chamo *retórica* é definida como um esforço verbal para fazer alguém crer em algo, *parece* que a argumentação linguística pode ser disso um meio direto, sobretudo se esta última receber a interpretação habitual que acabo de mencionar. *Parece*, de fato, que um meio evidente de fazer admitir uma proposição C é o de justificá-la (de mostrar que ela é verdadeira) e que para justificar uma proposição possa haver interesse em apresentar primeiramente uma proposição A que se está pronto a aceitar e que tem com C uma relação conclusiva, uma relação em *portanto*. Sua crença em A pode então se completar com uma crença em C, a validade de A se transportando, por assim dizer, para C. Essa é uma concepção totalmente banal, e talvez mesmo inevitável, do papel da argumentação linguística na argumentação retórica. Vou tentar mostrar, com argumentos de linguista, que ela é não somente insuficiente, mas totalmente ilusória, e que os encadeamentos conclusivos dos discursos não constituem, como tais, meios diretos de persuasão, nem mesmo meios parciais.

Eu gostaria de insistir primeiramente no caráter radical, absoluto, que vou dar à oposição entre argumentação linguística e retórica. Se eu me contentasse em mostrar a insuficiência da argumentação, como a defini, para a atividade retórica, eu retomaria unicamente um tema banal da retórica, e é essencial, para mim, distinguir minha crítica do papel persuasivo da argumentação linguística e a crítica tradicional. A crítica tradicional é relativa, e a que eu vou propor pretende ser radical. A crítica clássica do papel da argumentação linguística fundamenta-se, principalmente, no fato de que nossas argumentações nunca

são decisivas. De um lado, quando dizemos *A portanto C*, esquecemos geralmente das proposições intermediárias que são necessárias para operar a passagem de A a C. Por outro lado, até mesmo uma vez completados, nossos encadeamentos argumentativos apóiam-se em princípios gerais que admitem exceções. Como saber se não se está no caso de exceção? Última razão, enfim, os conceitos sobre os quais se fundamentam essas argumentações são muito vagos e muito mal definidos. Suponhamos que eu conclua que alguém é ciumento dando como argumento que ele está enamorado, e utilizo os conceitos *amor, ciúme*, que ninguém sabe definir. Pode-se, portanto, sempre me objetar que a pessoa de que falo não está propriamente *enamorado*, o que destrói minha argumentação. A esse caráter não restritivo das argumentações do discurso acrescenta-se o fato de que a persuasão pede que nos apoiemos em outros motivos que não os racionais. É sobre isso que insiste a retórica tradicional, dizendo que a persuasão exige que não somente se dê *razões* que constituem o que se chama o *logos*, mas que se desenvolva além disso no ouvinte o desejo de crer verdadeiro (é o *pathos*) e, enfim, se confie no orador, que deve aparecer como alguém confiável, sério, e bem intencionado. O orador deve, portanto, dar, em seu próprio discurso, uma imagem favorável de si mesmo, o que corresponde ao que a retórica clássica chama de *ethos*. Sabe-se de todos os debates que suscitou, no mundo cristão do século XVII, a necessidade, para o pregador religioso, de acrescentar à convicção o apelo ao sentimento. É justificado, ou não, para o pregador, perguntava-se, fazer apelo não somente ao *logos*, mas também às paixões, enquanto as paixões são uma das fontes primeiras do mal e do pecado?

Eu não falarei mais desse tipo de insuficiência atribuído frequentemente à argumentação. Na verdade, essas críticas admitem, todas, a existência no discurso de um *logos*, isto é, de uma argumentação racional que seria suscetível de provar, de justificar. Perguntamos apenas se esse *logos* é, ou não é suficiente para a persuasão. O que eu defendo, quanto a mim, é que a argumentação discursiva não tem nenhum caráter racional, que ela não fornece justificação, nem mesmo esboços fracos, lacunares, de justificação. Em outros termos, o que eu porei em dúvida é a própria noção de um *logos* discursivo que se manifestaria através dos encadeamentos argumentativos, através dos *donc (portanto)* e dos *par conséquent (consequentemente)*. Depois de ter dito por que recuso à argumentação discursiva qualquer caráter racional, mostrarei que essa argumentação, apesar do fato de que ela não tem nada a ver com um *logos*, pode, entretanto, servir à persuasão. Seu papel persuasivo existe, mas ele não se deve a um caráter racional do qual ela seria, nem mesmo fracamente, provida. Na parte crítica de minha exposição, me apoiarei numa teoria linguística que desenvolvo há muitos anos, com Jean-

² Não é necessário que A preceda C e chamo também *argumentação* um encadeamento *C puisque* (já que), *car*, *parce que* (pois, porque) A.

Claude Anscombe, a teoria chamada de *argumentação na língua*, e mais precisamente na forma nova dada a essa teoria pelos trabalhos recentes de Marion Carel, forma que ao mesmo tempo explicita e radicaliza as idéias que Jean-Claude Anscombe eu havíamos apresentado.

A idéia de base é que, num encadeamento argumentativo *A donc (portanto) C*, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Assim, o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C. Não há, pois, propriamente falando, passagem de A a C, não há justificação de C para um enunciado A que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto C*. Consequentemente, não há transporte de verdade, transporte de aceitabilidade, de A até C, já que o encadeamento apresenta *portanto C* como já incluído no primeiro termo A.

Primeiramente um exemplo simples, aquele em que o segmento A contém uma palavra como *demais*. Seja, por exemplo, o encadeamento *tu diriges depressa demais, tu corres o risco de sofrer um acidente* (em que *portanto* é implícito entre as duas proposições encadeadas). Certos semanticistas pensam, e até mesmo escrevem, que se trata de fato de uma espécie de raciocínio, que passa de uma premissa *tu diriges depressa demais* a uma conclusão *tu corres o risco de sofrer um acidente*, raciocínio que seria fundamentado num princípio geral implícito *quando se dirige depressa demais, corre-se o risco de sofrer um acidente*. Mas essa descrição me parece absurda, porque a própria palavra *demais* presente no antecedente, só pode ser compreendida em relação ao conseqüente. O que é dirigir *depressa demais* se não é dirigir em uma velocidade que corre o risco de levar a conseqüências indesejáveis? A própria velocidade é aqui caracterizada pelo fato de que ela deve provocar um acidente: *depressa demais* significa aqui *em uma velocidade perigosa*. Dito de outro modo, o próprio conteúdo do argumento só pode ser compreendido pelo fato de que conduz à conclusão. Tomado fora desse encadeamento, expresso ou subentendido, ele não significa nada. Um sinal dessa interdependência, que chamo de *radical*, é que esse *depressa demais* significa outra coisa no meu exemplo e em discursos como:

- Tu diriges depressa demais, tu corres o risco de cometer uma infração.

Não se trata necessariamente da mesma velocidade nos dois casos – até mesmo se só nos interessarmos pelo aspecto quantitativo da velocidade. Por outro lado, o que acabo de dizer do segmento geralmente chamado *argumento* vale igualmente para a *conclusão*. A infração de que se trata no último encadeamento é uma infração por velocidade excessiva, isto é, o tipo de infração baseada no argumento dado. Suponhamos de fato que meu interlocutor cometa uma infração, mas uma infração por

não ter amarrado seu cinto de segurança. Há uma certa ironia em dizer-lhe então *estás vendo, eu tinha razão*.

Concluirei que os encadeamentos analisados, embora liguem duas proposições assertivas por meio do conector *portanto* (eventualmente implícito), não assinalam de modo algum uma inferência que vai de uma afirmação para outra. Cada uma dessas aparentes *afirmações* contém de fato o conjunto do encadeamento no qual ela tem lugar. É o *portanto* que permite representar o tipo de velocidade e de infração de que se trata. Assim, não há passagem de um conteúdo factual, *objetivo*, para outro. Até mesmo se meu discurso associa duas expressões bem distintas, *depressa demais* e *infração*, ele manifesta uma representação semântica única (na terminologia de Marion Carel, um *bloco*), que exprime a ideia única de velocidade proibida (ou, no exemplo anterior, de velocidade perigosa). Para que serve, portanto, o encadeamento argumentativo? Não para justificar uma afirmação a partir de outra, apresentada como já admitida, mas para qualificar uma coisa ou uma situação (aqui a velocidade) pelo fato de que ela serve de suporte a certa argumentação. O *portanto* é um meio de descrever e não de provar, de justificar, de tornar verossímil.

De modo geral, o que proíbe ver uma espécie de raciocínio num encadeamento argumentativo do tipo de *A portanto C*, é que os segmentos A e C não exprimem fatos fechados sobre eles mesmos, compreensíveis independentemente do encadeamento, e suscetíveis de serem em seguida ligados entre si. Essa conclusão pode ser verificada até mesmo com palavras menos evidentemente *argumentativas* do que *demais* e aparentemente mais *objetivas*. Suponhamos que eu lhe prediga que Pedro vai ser reprovado em seu exame, e que minha predição tome a forma do encadeamento *Pedro estudou pouco, ele vai, portanto, ser reprovado*. É possível descrever meu discurso dizendo que eu lhe indico primeiramente um fato A (Pedro estudou pouco) e que deduzo daí um outro fato C (Pedro vai ser reprovado)? Essa descrição racionalizante parece-me também aí absurda porque a palavra *pouco* não poderia servir para descrever um fato. Ela indica já antecipadamente para qual conclusão nos dirigimos. De fato, para predizer o sucesso de Pedro, me teria sido suficiente dizer: *Pedro estudou um pouco, portanto vai ser aprovado*. Qualificando o estudo de Pedro por meio da expressão *um pouco*, eu teria já dirigido por meio de *donc* (portanto) para a eventualidade de seu sucesso futuro. Ora, ninguém jamais encontrou diferença factual, quantitativa, entre *pouco* e *um pouco*. A única diferença entre essas duas expressões reside nos tipos de encadeamentos possíveis a partir delas. Como no exemplo de *demais*, o argumento A anuncia já a conclusão no sentido de que a própria significação de *pouco* ou de *um pouco* comporta a indicação do que pode ser encadeado às proposições que contêm essas palavras. Assim, não

há raciocínio, progresso cognitivo, transmissão de verdade, uma vez que *portanto C* já faz parte do sentido de A.

Vou tomar agora como exemplo um adjetivo que pertence ao próprio léxico, portanto à parte da língua conhecida como a mais informativa, o adjetivo *longe*. Imaginemos a situação seguinte. X e Y devem ir juntos a determinado lugar L. Os dois sabem exatamente a que distância eles estão de L. X propõe a Y ir a pé a L. Y, se estiver de acordo, poderá responder *sim, é perto*. Se, ao contrário, ele quiser recusar, terá a possibilidade de dizer *não, é longe*. O que é que muda entre a qualificação *perto* e a qualificação *longe*? Não é a distância, que X e Y conhecem, tanto um quanto o outro. É somente a exploração argumentativa dessa distância. Dizendo *perto*, ela é apresentada como permitindo o passeio, dizendo *longe*, como pondo obstáculo a esse passeio. De modo que a escolha das conclusões *sim* ou *não* já está inscrita no próprio sentido dos argumentos *é perto* ou *é longe*. Tínhamos visto que *demais*, aplicado a *depressa*, qualifica a velocidade por certo tipo de conclusões desfavoráveis; do mesmo modo, *longe* qualifica a distância como obstáculo, e *perto* a qualifica como não sendo um obstáculo. Em todos esses casos, não pode haver, por trás do encadeamento discursivo um *logos* demonstrativo, porque o encadeamento já é dado pelo argumento. Ele constitui o valor semântico do argumento.

Vamos ainda um pouco mais longe. Eu disse que as proposições que contêm palavras como *demais, pouco, um pouco, perto, longe*, indicam já que tipo de sequências pode ser-lhes encadeado por meio de *portanto*, mas isso é só a metade da verdade. Porque sua significação não obriga absolutamente a continuar com *portanto*, ela permite igualmente encadear com uma palavra do tipo de *no entanto*. Se a expressão *é longe* autoriza a sequência *portanto não irei a pé*, ela torna também possível encadear *é longe, no entanto irei a pé*. Igualmente, pode-se dizer ao mesmo tempo, *ele estudou um pouco, portanto vai ser aprovado* e *ele estudou um pouco, no entanto não vai ser aprovado*. De modo geral, se uma proposição A contém em sua significação a possibilidade de que lhe seja encadeado *portanto C*, ela contém também a possibilidade de que lhe seja encadeado *pourtant (no entanto) não C*.³ Nessas condições, é impossível dizer que, apresentando o argumento A e fazendo-o seguir por *portanto C*, eu justifico C. Na verdade, o mesmo argumento, em virtude de sua

significação intrínseca poderia igualmente ser seguido por *não C*, com a condição de mudar de conector. Assim, é um esforço que faz escolher C em vez de *não C* depois de A. Essa escolha não é comandada pela significação de A, que não favorece C mais do que *não C*. A única coisa que ela impõe é a escolha de *donc* (portanto) num caso ou de *pourtant* (no entanto) no outro. Não vejo, então, como a proposição A poderia levar a crer C. A alternância entre *portanto* e *no entanto* parece-me, pois, desmentir, uma vez mais, a própria idéia de uma prova discursiva, de um *logos* argumentativo.

E no entanto ela gira, dizia Galileu. Você poderia assim me responder “e no entanto há *portanto* no discurso com finalidade persuasiva, seja ele político, publicitário, filosófico, etc..., e também no discurso das crianças desde três anos de idade (sob a forma de *porque*)”. Então para que servem essas argumentações? Como elas contribuem para a persuasão já que, para mim, elas não constituem nem mesmo esboços de justificação?

Uma primeira resposta consiste em dizer que a maior parte das expressões, sejam elas empregadas ou não com intenção persuasiva, comportam no seu sentido argumentações – generalizando um pouco a definição que dei a essa palavra, e incluindo aí não somente os encadeamentos em *portanto*, mas também aqueles em *no entanto, entretanto...* Uma frase predicativa simples como *os culpados foram punidos* coloca *portanto* entre o fato de ser culpado e o fato de ser punido. Bem mais, pode-se, de acordo com Marion Carel e eu, descobrir argumentações, na significação interna de muitas palavras. Assim, procuramos atualmente descrever a maior parte possível do léxico francês, caracterizando cada palavra por uma paráfrase que tem a forma de um encadeamento discursivo em *portanto* ou em *no entanto*. O que significa, por exemplo, um adjetivo como *interessado* (no sentido moralmente negativo do termo)? Para nós, é constitutivo da semântica desse adjetivo evocar encadeamentos do tipo *é de seu interesse, portanto ele faz*, e também *não é de seu interesse, portanto ele não faz*. Ou ainda, o que se quer dizer quando se considera a expressão verbal *ter sede* como marcando, segundo a terminologia linguística habitual, um *estado*? Para nós, dizer que é um estado nada mais é do que dizer que se pode encadear com *portanto* a indicação de que alguém tem sede no momento t1 e a de que ele tem sede no momento seguinte t2 (notar que seria necessário *no entanto* para encadear a indicação de que alguém tem sede em t1 e a de que não tem mais sede em t2). Assim, para nós, há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições, toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão a argumentações. O que mostra no mínimo que não há elo privilegiado entre a argumentação retórica e a argumentação linguística.

³ É possível que se ache que essa observação é contraditória com o que eu disse sobre a *interdependência* entre o que precede e o que segue o conector, e que se questione que A, seguido de *portanto C*, é semanticamente distinto, de acordo com a própria teoria que utilizo, daquele que é seguido por *no entanto não C*. Para responder, é preciso observar que, nas sequências *A portanto C*, *A no entanto não C*, *não A no entanto C* e *não A portanto não C*, que constituem o que chamamos de quadrado argumentativo, a influência de A e de C um sobre o outro é sempre a mesma. Pode-se verificar isso nos exemplos dados acima.

É claro, espera-se de mim uma resposta mais específica para a pergunta *por que há argumentação linguística na argumentação retórica? (mais específica significa aqui mais ligada ao caráter particular do discurso persuasivo)*. Assinalarei três respostas possíveis. Primeiramente, a argumentatividade está ligada a uma estratégia persuasiva tida como eficaz: a concessão. Descreverei inicialmente a concessão do seguinte modo. Suponhamos que um locutor queira fazer admitir uma conclusão Z. Suponhamos também que ele disponha de um argumento Y que permite encadear *Y portanto Z*, mas que ele saiba, além disso, que há argumentos X que permitem encadear *X portanto não-Z*. Assim, eu quero levar um amigo à conclusão *Z = tu não deves fumar*. Para isso, eu disponho entre outros de um argumento *Y = fumar te faz tossir*; mas eu sei também que os fumantes têm um argumento *X = fumar diminui o stress*, que pode ser encadeado por *portanto* à conclusão *não-Z = não se deve parar de fumar*. O que fazer? Eu posso, no meu discurso, esquecer o argumento desfavorável à minha posição, X, e dar simplesmente o argumento Y que lhe é favorável. O risco é que o amigo me responda arguindo sobre X. Felizmente para mim (e talvez para a sua saúde), há outra estratégia: indicar inicialmente o argumento desfavorável X, fazendo-o seguir de um *mas Y: de acordo, fumar diminui o stress, mas faz tossir*. A palavra *mas* é, entre outras coisas, especializada nessa função – eis por que, aliás, é destaque no discurso persuasivo. Graças a ela, podem-se assumir os argumentos contrários à conclusão que se visa. Basta fazer com que eles sejam seguidos por um *mas*, sem ter nem mesmo necessidade de refutá-los, manobra que não é muito cansativa, e que tem vantagens persuasivas eminentes.

Indicando X que é desfavorável à tese que defendo, e favorável a meu interlocutor, eu o impeço primeiramente de utilizar ele próprio esse X, argumento que seria ridículo explorar contra mim, já que tenho eu mesmo a generosidade de enunciá-lo, e já que decidi, após tê-lo assumido, que ele não merecia uma consideração mais séria. A essa vantagem da concessão para a estratégia polêmica, acrescento o fato de que ela permite melhorar a imagem que o orador dá de si em seu discurso. O orador aparenta ser um homem sério, portanto confiável, já que, antes de escolher sua posição Z, ele também prestou atenção às objeções possíveis contra Z. Seria possível comparar o enunciado concessivo ao que se passa no futebol quando um jogador marca um gol contra seu próprio campo. O orador que diz X antes de continuar *mas-Y* marca, por assim dizer, um gol contra sua própria posição. Mas há uma diferença essencial. O gol marcado no futebol pelo jogador desajeitado está definitivamente marcado: não há *mas* possível. Em compensação, no discurso persuasivo, tira-se proveito dos gols que se marca contra seu próprio campo. Esse proveito não é devido ao fato de que o

argumentador demonstrou racionalmente alguma coisa. Deve-se a que o orador melhorou sua imagem pessoal, ou, em termos retóricos, seu *ethos* (é como se o jogador de futebol tirasse prestígio do fato de ter marcado contra seu campo). Sendo dado que a concessão, tal como eu a descrevi, manipula argumentações, implícitas ou explícitas, é preciso reconhecer nestas toda a utilidade que se reconhece na concessão no que diz respeito à atividade persuasiva.

Um segundo ponto. O próprio fato de enunciar uma argumentação em *portanto* (isto é, a enunciação dessa argumentação) tem para ele próprio vantagens para a persuasão. Assim, ele obriga o interlocutor a dar por sua vez um argumento se ele recusa a conclusão. Suponhamos que você me dissesse *A portanto C (a estação é longe, portanto tomemos um táxi)*. Se eu desejo refutar sua conclusão, eu não posso me contentar com negá-la brutalmente dizendo *Não, não tomemos táxi*. Eu sou obrigado, por minha vez, a dar um argumento que permita triunfar sobre o dele. E eu corro sempre o risco de dar uma razão perigosa para minha imagem, ou, em todo caso, que ele poderia retornar contra mim, por exemplo, se obrigado, por causa de seu *portanto*, a confessar minha avareza, dando-lhe como argumento que eu não quero pagar o táxi. É como no xadrez. Desloca-se uma peça para obrigar o adversário a responder com uma manobra que, na continuação, o porá em dificuldade. Uma segunda vantagem que há, para alguém, de enunciar um encadeamento argumentativo dando uma razão para sua decisão, é que com isso você constitui para você mesmo uma imagem favorável, a de um homem que aceita a discussão, que não procura impor-se brutalmente. Assim, você melhora seu *ethos* como no caso da concessão, sobretudo se há alguém que assiste ao diálogo, e você se dá oportunidades de persuadir mais facilmente esse terceiro, se um dia houver uma discussão de conjunto (pense, além disso, que há sempre uma terceira pessoa nos diálogos, até mesmo quando, materialmente, só há duas; essa terceira pessoa é uma espécie de super-ego abstrato, que os interlocutores tomam como árbitro ideal, personagem que encontramos sem cessar, e que é necessário, a todo custo, cativar).

Uma terceira razão para utilizar a argumentação na estratégia persuasiva é devida ao fato de que modelos de encadeamentos argumentativos estão, eu o disse há pouco, já presentes, a título de representações estereotipadas, na significação das palavras do léxico. Assim, dizendo *é longe, portanto não vamos lá*, eu explicito a representação da distância como obstáculo, representação que, para mim, faz parte do próprio sentido da palavra *longe*. Do mesmo modo, para mostrar que Pedro não fará alguma coisa, eu posso dizer-lhe *não há interesse, portanto ele não o fará*. Dizendo isso, eu construo um encadeamento que é o próprio sentido de uma palavra da língua, a palavra *interessado*, tal como eu a analisei

acima. Argumentando (no sentido linguístico do termo), pode-se, portanto, frequentemente apresentar seu discurso como a explicitação de palavras da língua, e como tão impossível de por em dúvida quanto essas palavras. O senhor Larousse sempre tem razão, e há todo interesse em apoiar seu próprio discurso sobre o senhor Larousse: apresentamo-nos, assim, como um simples utilizador desse tesouro comum que é o vocabulário. Ao mesmo tempo, damos ao nosso dizer um ar modesto e colorimos nosso dito com uma espécie de evidência.

Para resumir essas explicações da frequência de *portanto* na fala com alcance persuasivo, eu direi que eles servem para melhorar a imagem do orador, seu *ethos*. É desse modo que eles podem tornar a palavra mais eficaz. Assim, as pesquisas que Marion Carel e eu desenvolvemos atualmente sobre os encadeamentos argumentativos na língua levam a uma visão da retórica persuasiva um pouco diferente daquela que é tradicional no pensamento ocidental. A concepção habitual coloca no lugar mais alto da estratégia argumentativa um *logos*, que seria uma forma enfraquecida da racionalidade. Esse *logos*, manifestado pelos encadeamentos argumentativos, teria necessidade, por causa de suas insuficiências, de ser completado pelo recurso a fatores irracionais, o *ethos* e o *pathos*. Tentei mostrar, de um ponto de vista puramente linguístico, que tal *logos* não somente é ilusório, mas que sua própria existência é uma ilusão. Os encadeamentos argumentativos do tipo de *portanto* relacionam-se tanto a esforço quanto às mais brutais afirmações. Sua eficácia persuasiva, que

não é, aliás, de modo algum sem interesse, está relacionada antes de tudo ao efeito que eles têm sobre o *ethos*. Muito antes de o *ethos* preencher as insuficiências do *logos*, é o *logos* (entendendo-se com isso os encadeamentos em *portanto*), que é usado com proveito pelo *ethos*: é só nisso que o *logos* pode servir à persuasão, isto é, participar daquilo que chamei *argumentação retórica*.

Chamemos, para simplificar, platônica a pesquisa de uma verdade absoluta, que exigiria que se ultrapassasse a linguagem, isto é, que se tentasse, sem nem mesmo saber se é possível, *sair da Caverna* (porque a verdadeira caverna, aquela que nos proíbe a relação com a realidade, aquela que nos obriga a viver no meio das *sombras*, é, para mim, a linguagem). Chamemos *aristotélica*, de modo bem esquemático, a esperança de encontrar no discurso, isto é, *no interior da Caverna*, uma espécie de racionalidade imperfeita, insuficiente, mas apesar de tudo aceitável, *possível de ser vivida*. Por meio dessas aproximações, minha exposição se inscreve numa oposição sistemática ao otimismo retórico de Aristóteles e de seus inúmeros sucessores; ela desejaria promover um retorno a Platão e a uma desconfiança *radical* em relação ao discurso.

École des Hautes Études en Sciences Sociales
54, boulevard Raspail
75006 – Paris – França

Recebido: 12-10-08
Aprovado: 04-12-08